



POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA, SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PROFISSÃO DOCENTE

INDIVIDUALIZAÇÃO DA DOR: O MAL-ESTAR DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS-RJ

Jonathan de Oliveira Mendonça

UFRRJ

jonathanmendoncanf@gmail.com

Felipe de Oliveira Melo

UFRRJ

felipeom2022@gmail.com

Eber Maia

UFRRJ

ebermmaia@gmail.com

Resumo

O presente trabalho se insere no conjunto de investigações produzidas pelos pesquisadores do LIEPE (Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação), que buscam identificar a relação entre trabalho e saúde docente nas redes municipais, estadual e privadas do estado do Rio de Janeiro. O recorte aqui estabelecido busca compreender esta relação na rede municipal de Rio das Ostras, analisando como as condições concretas de trabalho se articulam à produção do sofrimento psíquico dos professores, a partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética.

Parte-se da hipótese de que, nas últimas décadas, as transformações impulsionadas pelo projeto neoliberal têm redefinido o papel social dos professores, afetando diretamente as formas pelas quais vivenciam sua experiência profissional. Tal redefinição ocorre por meio de um processo de transição da subsunção formal para a subsunção real do trabalho. Contudo, por se tratar de uma dinâmica ainda em curso e não plenamente consolidada, Miranda (2017) a define como “subsunção proto-real”.

A fim de compreender como o sofrimento se manifesta na atividade docente, adotou-se aqui a perspectiva proposta por Esteves (1999), que o conceitua como “mal-estar docente”. O que permite uma análise que ultrapassa a compreensão do sofrimento apenas como categoria clínica, voltada ao adoecimento, possibilitando a investigação dos fatores sociais e históricos que produzem esse sofrimento, articulando-o às



trans

formações no mundo do trabalho e às condições atuais impostas à docência. Neste modelo, destaca-se o assédio moral como uma prática que, segundo Antunes e Praun (2015), reforça a intensificação do trabalho, o isolamento e a culpabilização individual, e, segundo Guarany (2019), fragmenta os vínculos entre os profissionais, dificultando a construção de respostas coletivas ao sofrimento.

A investigação do modo como esse processo se manifesta nas escolas da rede municipal de Rio das Ostras visa identificar as especificidades locais de um fenômeno de caráter mais amplo, contribuindo tanto para o aprofundamento da compreensão sobre este processo em curso, quanto para o fornecimento de subsídios teóricos úteis às organizações coletivas da categoria na formulação de estratégias de resistência.

Para a realização desta investigação de caráter qualitativo e exploratório, foram mobilizadas duas fontes principais: os dados da rede municipal de 2014 a 2024 disponibilizados pelo INEP, organizados através Censo Escolar 2024 e a “Enquete Docente” elaborada pelo LIEPE, divulgada nas redes de ensino no período compreendido entre outubro de 2024 e junho de 2025, em parceria com o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE-RJ) e o Sindicato dos Professores do município do Rio de Janeiro e Região (SINPRO-RJ).

O Censo Escolar forneceu subsídios para estabelecer um panorama da rede, possibilitando o mapeando (i) da infraestrutura física das unidades; (ii) da quantidade e distribuição dos discentes, (iii) das informações diretamente relacionadas aos professores, como formas de contratação, esforço-docente e tempo de regularidade na mesma unidade.

Já a Enquete Docente permitiu captar a percepção dos próprios profissionais acerca das condições de trabalho e saúde, tendo contado com a participação total de 1369 respondentes no estado, dos quais, 71 pertencem à rede municipal aqui trabalhada. As questões abordaram aspectos estruturais, condições físicas das unidades e manifestações do mal-estar docente vivenciado cotidianamente nas escolas.

Integram a rede municipal de educação, um total de 1154 docentes, segundo o Censo Escolar 2024, dentre os quais 873 são do sexo feminino e 281, do masculino. Estes profissionais distribuem-se em uma rede composta por 50 unidades escolares, onde estão matriculados 22.430 docentes.



RED ESTRADO



A

análise dos dados obtidos por meio da Enquete Docente revela um quadro alarmante. Entre os 71 respondentes do município, 45 já se afastaram do trabalho por motivos de saúde, com a frequente ocorrência de múltiplas licenças e afastamentos prolongados. Entre os principais fatores apontados como geradores de mal-estar docente, destacam-se as atividades não valorizadas (55), a dificuldade de motivar os alunos (53), o excesso de normatizações (50), a falta de material pedagógico (49), número excessivo de alunos por professor (49) e a dificuldade de aprendizagem dos estudantes (46) e jornada excessiva (41), demonstrando a intensificação do trabalho docente que ocorre concomitantemente ao esvaziamento de suas condições objetivas.

A pesquisa também evidencia o avanço de formas mais sutis e difusas de controle e violência institucional, como o assédio moral (38) e a ausência de democracia nas escolas (36). Os impactos subjetivos desse processo são nítidos: sintomas como fadiga (65), ansiedade (60), dificuldade de concentração (48) e nervosismo (42) figuram entre os mais recorrentes, indicando uma virada significativa no padrão de adoecimento docente, que agora se concentra na esfera da saúde mental. Ainda que queixas físicas, como dor de cabeça, dores musculares e problemas de voz também sejam mencionadas.

Doenças como estresse (49 casos), depressão (31), insônia (30) e outros problemas psicológicos e psiquiátricos destacam-se entre as maiores manifestações de adoecimento. A resposta a esse quadro tem sido, majoritariamente, individualizada: 41 respondentes relataram já ter recorrido à psicoterapia, enquanto a medicalização aparece como prática consolidada, com 61 utilizando algum tipo de medicamento — sendo mais da metade em regime contínuo por prescrição médica. Ou seja, diante da ausência de políticas públicas efetivas de cuidado, o sofrimento docente tem sido tratado como responsabilidade individual, despolitizando o adoecimento e reproduzindo a lógica neoliberal da autogestão da saúde.

A partir desses dados, é possível afirmar que o mal-estar docente em Rio das Ostras está profundamente enraizado nas condições materiais do trabalho. Contudo, a resposta tem sido individualizada, reforçando a lógica neoliberal de culpabilização dos sujeitos. Embora o tratamento individual seja necessário, é fundamental compreender que o sofrimento vivenciado pelos professores não é produto de fragilidades pessoais, mas expressão de uma realidade material a que estão sujeitos. Por isso, a resposta não



pode

se esgotar no plano individual. Assim, é preciso resgatar o aspecto coletivo do trabalho docente e reconstruir os laços de solidariedade e organização capazes de transformar o sofrimento em denúncia e mobilização.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Trabalho e Saúde. Mal-estar docente

Referências

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 123, p. 407-427, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2024: Apresentação, Brasília, 2024.

ESTEVE, José Manuel. O Mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

GUARANY, Alzira M. B. O assédio moral e o mundo do trabalho na contemporaneidade. In: GUARANY, Alzira Mitz Bernardes (Org.). *Assédio moral: o que é e como enfrentar*. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2019. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/10907/1/Aguarany.pdf>> Acesso em: 27 maio 2025.

MIRANDA, Kênia, Lutas Por Educação No Brasil Recente: O Movimento Docente Da Educação Superior. Eduff. 2017.